



ATA 03/2018 – 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO  
DO CAMPUS SÃO BORJA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

1 Às dezoito horas e seis minutos do dia vinte e quatro de abril, no Auditório do Campus,  
2 realizou-se a primeira reunião extraordinária do Conselho do Campus em 2018, que teve  
3 como pauta a questão do transporte público em São Borja. Compareceram: Ronaldo  
4 Colvero, diretor do Campus, na presidência do Conselho; Muriel Pinto, coordenador  
5 acadêmico; Luís André Padilha, coordenador administrativo; coordenadores dos cursos  
6 de graduação e mestrado: Carmen Abreu, Nola Gamalho, Edson Paniagua, João Antônio  
7 Gomes Pereira, José Wesley Ferreira, Marco Bonito, Angela Gomes, Vivian Belochio;  
8 Sara Feitosa, coordenadora da Comissão Local de Pesquisa; Hamilton Souza, Rafael  
9 Machado, representantes TAEs; João Carlos Reolon, representante da comunidade  
10 externa; e, secretariando a reunião, a servidora Katia Seckler. Participaram da reunião  
11 como ouvintes professores e alunos, bem como discentes representantes do movimento  
12 contra o aumento das passagens. O professor Ronaldo iniciou a reunião cumprimentando  
13 os presentes e relatando sua participação em reunião com o vice-prefeito, em que foi  
14 colocada a questão do aumento do preço da passagem. Nesta reunião foi relatado que,  
15 em 2015, houve licitação do transporte coletivo, na época de lançamento dessa licitação  
16 houve grande debate na Câmara de Vereadores, os vereadores discutiram muito os  
17 temas da licitação e previu-se que a empresa vencedora deveria contar com ônibus  
18 novos. Posteriormente, foi alterado o Edital e permitiu-se que as empresas tivessem  
19 ônibus com até dez anos de uso. Quanto ao aumento da passagem, ocorreu devido à  
20 planilha de custos apresentada pela AGESB. Desde janeiro vêm acontecendo discussões  
21 na prefeitura discussão sobre esse aumento. O professor Ronaldo relatou ainda que o  
22 vice-prefeito havia informado que hoje pela manhã os participantes do movimento contra  
23 o aumento do preço da passagem haviam solicitado ao prefeito que revogasse o decreto  
24 autorizando o aumento, e a resposta do prefeito foi de que naquele momento não seria  
25 revogado o decreto; porém, a Prefeitura estaria colocando à disposição as planilhas com  
26 os valores que geraram esse aumento na passagem, para que os participantes do  
27 movimento estudassem os dados, elaborassem uma proposta e, com base nessa  
28 proposta do movimento, se fosse comprovado que os cálculos não justificam o aumento  
29 na passagem, a Prefeitura poderia revogar o decreto posteriormente. O professor  
30 Ronaldo disse que esteve dialogando com o movimento, mas que não poderia pegar  
31 essas planilhas sem antes consultar o movimento, por isso ele foi lá onde o movimento  
32 estava reunido, na frente da empresa Santa Inês, e fez a proposição para quem tivesse  
33 interesse em ver as planilhas para ver se tem possibilidade ou não de revogar o aumento,

*Ronaldo*

*M*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



34 mas a posição dos participantes do protesto é que deveriam analisar a planilha somente  
35 após a revogação do decreto de aumento nas passagens. Alguns participantes do  
36 movimento se manifestaram no sentido de que a direção estaria sendo omissa e que não  
37 se manifestou publicamente sobre isso, e o professor Ronaldo esclareceu ao Conselho  
38 que a direção do Campus é eleita e sua atribuição está bem clara no regimento da  
39 Universidade, e que a direção segue o que o Conselho deliberar. O presidente do  
40 Conselho relatou ainda aos presentes que na manhã de hoje houve reunião com  
41 coordenação de curso, e definiu-se que cada professor trataria a questão das faltas  
42 separadamente. Depois viria a possibilidade de fazer convocação do Conselho, para  
43 discutir se seria necessário suspender as aulas até termos o transporte coletivo  
44 novamente, ou se as aulas devem ser mantidas. Antes de iniciar a discussão, o diretor do  
45 Campus alertou que, quem estivesse participando da reunião e não fosse conselheiro  
46 teria que pedir a palavra ao diretor, antes de se manifestar, e colocou em discussão essa  
47 questão sobre suspender as aulas ou não, ponderando que um grande quantitativo de  
48 alunos usa o transporte coletivo, portanto, se não tem ônibus os alunos não têm como vir,  
49 a grande maioria não tem alternativa de transporte. Cabe salientar que o movimento é  
50 mais amplo, mas em especial temos de tratar de questões internas da universidade, pois  
51 não compete ao Conselho deliberar sobre eventos externos à universidade. A professora  
52 Sara afirmou que primeiro gostaria de questionar se é necessário que a universidade  
53 tenha esse posicionamento de suspender as aulas, e citou o próprio exemplo, de que teve  
54 aula hoje à tarde e, sem alunos presentes, não teve como registrar a aula, e questionou  
55 se teriam de decidir se suspendem ou não as aulas, se existe um fato, que o movimento  
56 está impedindo que o meio de transporte circule, os alunos não poderão vir às aulas,  
57 então, não vê sentido em discutir por que precisamos decidir que não terá aula se não há  
58 alunos. A professora Sara reforçou seu questionamento sobre o papel do Conselho: se  
59 caberia ou não ao Conselho decidir sobre a suspensão das aulas, e afirmou que  
60 considera justa a reivindicação, não depende de transporte coletivo, mas apoia os  
61 estudantes e trabalhadores que o utilizam, por isso afirmou que não punirá os alunos que  
62 não puderem comparecer às aulas devido a essa questão, e que é possível trabalhar isso  
63 sem ter nota oficial do Conselho, salientando que temos como cidadãos a possibilidade  
64 de apoiar a atividade dos alunos no movimento, mas não precisa ter um documento sobre  
65 isso, pois essa atribuição não cabe ao Conselho. A professora Carmen afirmou que já foi  
66 discutido sobre os casos em que a universidade deveria encaminhar ou não  
67 posicionamento sobre suspensão das aulas, e que não seria o caso da universidade  
68 institucionalmente decidir suspender as aulas, e também não vê necessidade de a  
69 instituição se posicionar a favor ou contra o movimento. O que discutimos de manhã é

*Carolina*





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



106 César Beras, e este afirmou que estava participando do movimento, estava apoiando, e  
107 destacou que a preocupação que se tem é sensibilizar sobre um processo que não passa  
108 apenas pela passagem de ônibus. Muitas pessoas que não têm recursos são afetadas,  
109 temos uma série de questões que colaborarão para a evasão escolar. Neste sentido a  
110 preocupação é com a precarização, e com os ânimos estão exaltados, os vídeos estão  
111 circulando, tem manifestação do vice-prefeito dizendo que “não há negociação”. Quando  
112 fomos a Livramento o reitor concordou que tem que “parar” as aulas, pois há um  
113 movimento contra nós. Agora com o movimento pelo transporte público, fica parecendo  
114 que é um “monte de baderneiros”, mas isso não é verdade, o movimento é pacífico. A  
115 professora Sara afirmou que não estão negociando se tem aula ou não, e quanto à  
116 aplicação de avaliação nesse período, isso pode prejudicar o movimento. A professora  
117 lança uma questão se esse Conselho não poderia discutir a partir das normas  
118 acadêmicas, visto que nesse caso, de ser uma orientação precisa de que realização das  
119 atividades nesse período deve ser recuperada, porque é a norma. Ninguém vai “proibir” o  
120 professor de dar aula, mas depois tem que recuperar com quem não estava em sala de  
121 aula por estar impossibilitado de usar o transporte. O professor Ronaldo passou a palavra  
122 ao professor Sávio Azevedo, e este relatou que já foi conselheiro e já acompanhou  
123 durante bastante tempo as discussões, e afirmou que parece que aqui temos de proteger  
124 os alunos do ponto de vista acadêmico, nesse sentido, à medida que o aluno possa ser  
125 coagido a estar em sala de aula porque vai ter algum tipo de dano, isso é uma forma de  
126 chantagem, parece que a suspensão das aulas seria por tempo indeterminado, mas  
127 parece uma saída válida a observância às normas acadêmicas, pois esse regulamento  
128 que não demandaria uma posição oficial do Conselho, devemos pensar em defender os  
129 alunos não pelo movimento em si, mas pela luta que é justa. O professor Beras  
130 apresentou os alunos presentes na reunião que estavam como observadores, para  
131 repassar informações do movimento. O professor Ronaldo agradeceu a presença de  
132 todos e convidou a participarem com mais frequência das reuniões do Conselho. O  
133 professor Ronaldo questionou os conselheiros sobre o encaminhamento, não de votar por  
134 suspender a aula, mas sim em fazer recomendações ao corpo docente, e perguntou se os  
135 conselheiros entendiam dessa maneira: que a direção do Campus deveria elaborar uma  
136 nota de recomendação de que, nesse período em que estamos sem transporte, devemos  
137 seguir a normativa nº 29/2011 no que diz respeito a faltas e avaliações. A professora  
138 Sara afirmou que nesta nota deve ficar claro que as avaliações que ocorrerem durante o  
139 período de indisponibilidade de transporte devem ser recuperadas. O professor Marco  
140 afirmou que é importante analisar essa questão do registro de aulas, porque os  
141 professores respondem pelo que é informado em seus registros de aula, e que pode

leanner  
RS  
RS  
RS  
RS  
RS  
RS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



142 haver uma sugestão de que os docentes recuperem as aulas. O professor Edson afirmou  
143 que deve ser feita uma lista de presença no movimento, assim como tem movimento de  
144 grevista, isso tem que ser registrado em lista de presença, e termina o movimento, tem  
145 que negociar com a coordenação acadêmica a questão das faltas. O professor Ronaldo  
146 afirmou que pode ser uma falta negociada, referente a afastamento para evento, pois  
147 entende que o movimento é um evento importante. O movimento pode ser uma falta  
148 justificada e, pelo que consta na resolução, falta justificada não reprova por falta. O  
149 professor Marco questionou a situação de quem e quem não apoia o movimento e não  
150 vem por que não tem ônibus. A aluna falou sobre a importância de ter um respaldo,  
151 porque tem alunos que não podem reprovar por falta, e não são todos os alunos que  
152 podem pagar um táxi para vir à universidade; há professores com bom senso, mas outros  
153 professores não têm essa sensibilidade. A discente Érica, aluna de Jornalismo, relatou  
154 que esse movimento está desde as três da manhã em atividade, estamos indo atrás do  
155 que é justo, quem passa na manifestação vê que é pacífico, e pediu àqueles que duvidam  
156 que o protesto é digno, que passem no local para conferir. A aluna relatou também que  
157 hoje estavam todos sentados, e quando acabou a reunião o vice-prefeito falou que “podia  
158 passar com o ônibus por cima”. O ônibus passou, os manifestantes ficaram apavorados,  
159 jogaram tijolos e pedras, aí eles mudaram a versão, dizendo que os alunos são vândalos,  
160 que atacaram os ônibus. A aluna afirmou que, se o professor não der falta justificada ou  
161 se não quiser recuperar as aulas, os alunos precisarão da ajuda do Conselho, que  
162 “abracem” a causa, e afirmou que hoje pela manhã havia pessoas afirmando que quem  
163 estava lá (no protesto) era vagabundo e estava matando aula. O professor Ronaldo  
164 respondeu que não pretende defender ninguém, mas fez essa pergunta ao vice-prefeito,  
165 perguntou por que o ônibus avançou nos alunos, o vice-prefeito respondeu que hoje pela  
166 manhã tinha uma pessoa que estava lá que disse que o movimento não estava trancando  
167 nenhum portão, e que a partir dessa resposta, se não estavam trancando, que os veículos  
168 podiam sair. A aluna Érica afirmou que os funcionários da empresa estavam sendo  
169 coagidos a saírem com os ônibus. O conselheiro João Carlos Reolon pediu a palavra e  
170 observou que os alunos estão fazendo exercício de cidadania, isso provoca alguma  
171 relação conflituosa, mas é com os conflitos que a sociedade se desenvolve, é natural que  
172 haja algumas animosidades, desde que não haja excessos, esse tipo de reação o que se  
173 paga é superior à capacidade financeira das pessoas, historicamente o preço é  
174 incompatível com o valor que a população ganha. Em outros municípios também houve  
175 reajuste, ou seja, não é uma situação isolada, é universal, nos últimos anos o preço é  
176 incompatível com a renda média da população. Nesse sentido, não há novidade, a  
177 novidade é a manifestação, e que bom que a universidade possa ser a fonte para se



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



178 manifestar, o que parece fundamental é que a Unipampa também trabalhe com os alunos  
179 para não parecer uma “oba-oba”, que exijam a planilha, examinem os dados, para na  
180 medida em que se tiver argumentos para contrapor à planilha, fazer uma justificativa. O  
181 representante da comunidade continuou sua fala relatando que a agência reguladora  
182 propôs inicialmente o valor de R\$ 3,89. Nesse momento o prefeito não deveria ter  
183 aceitado, houve uma negociação interna que deveria ter sido acompanhada mais  
184 amplamente pela comunidade. A comunidade deveria ter tido conhecimento de que a  
185 proposta da agência reguladora era um aumento ainda maior, e que o prefeito não admitiu  
186 isso, e que a administração municipal aceita negociar, mas tem que ter elementos que  
187 justifiquem essa mudança de maneira objetiva. O professor Ronaldo afirmou que no início  
188 da reunião foram disponibilizadas as planilhas, foi explicada a proposta do valor a R\$ 3,98  
189 e afirmou-se na reunião com o vice-prefeito que a Prefeitura abriu mão do imposto a ser  
190 arrecadado pelo transporte, que geraria em torno de R\$ 300.000,00 ao ano, segundo  
191 relatado hoje pelo vice-prefeito. Em seguida, foi dada a palavra à aluna Carla, acadêmica  
192 de Publicidade e Propaganda, que falou que foi levantada a questão dos elementos que  
193 justifiquem a presença do movimento na frente da empresa, e que um elemento que  
194 fundamenta a resistência, é a permanência na universidade, nem todos têm recurso, ou  
195 “patrocínio” da família, logicamente estamos na universidade e esse é o nosso direito,  
196 ficamos muito tristes com o que aconteceu com o ônibus (tentativa de avançar sobre os  
197 manifestantes), e que os alunos presentes no movimento querem deixar um legado de  
198 luta. O professor Marco ressaltou a importância da presença do representante da  
199 comunidade no Conselho, e falou sobre a expectativa que se tinha de que, com o passar  
200 do tempo e com a inserção da universidade na comunidade, a comunidade iria nos  
201 entender, mas o que se nota na prática é que a comunidade tem entendido cada vez  
202 menos o papel e a importância da universidade no município. O professor Marco falou  
203 também que esta questão do preço das passagens é uma oportunidade de problematizar  
204 para nossa comunidade o que é um aumento de tarifa de ônibus, se pegarmos as  
205 planilhas, por que só aparecem uma ou duas empresas para participar do edital, por quais  
206 critérios a empresa ganhou, etc., e que há todo um contexto histórico que faz com que  
207 essa tarifa chegue a R\$ 3,55. É uma questão que passa inclusive pelos preços do  
208 combustível na cidade: será que é um “acaso” todos os postos de gasolina terem o  
209 mesmo preço, questionou o professor, que também sugeriu aos membros do movimento  
210 pelo transporte público que levassem aos colegas que estão na manifestação uma  
211 enquete: quantos deles têm título de eleitor em São Borja, porque quando os vereadores  
212 veem essas manifestações não se interessam porque são pessoas que não são eleitores  
213 em São Borja. O professor Marco afirmou que, se juntarmos a quantidade de títulos de

*[Handwritten signatures and initials]*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



214 eleitor dos membros da universidade, podemos eleger um representante que levará as  
215 pautas da universidade para os debates. O professor Muriel reforçou a fala do professor  
216 Marco sobre a importância do representante da comunidade, e sugeriu ao professor  
217 Reolon que a gestão municipal pense dentro do plano municipal de educação que São  
218 Borja é uma cidade universitária, e que o debate sobre o transporte não afeta somente a  
219 Unipampa, afeta outras instituições, por exemplo, não há linha de ônibus para a Uergs.  
220 Deve-se pensar em outras políticas públicas, para essa comunidade acadêmica, que que  
221 está trazendo benefícios ao município, deve-se ter em conta que a educação traz novas  
222 possibilidades para São Borja. A tarifa afeta toda a comunidade. O professor Reolon  
223 afirmou que parece oportuno esclarecer que a gestão municipal enfrenta uma séria  
224 situação de déficit, um exemplo é que está previsto concurso público para suprir as vagas  
225 que hoje são por contratos emergenciais. A folha de pagamento só com contratados é de  
226 R\$5 milhões e meio, agora faremos concurso e, com isso, serão gastos 7,5 milhões, mas  
227 a prefeitura não tem isso. A tendência é não ter, estamos em uma situação de querer  
228 fazer, querer avançar, mas não poder. Quando o município precisa garantir uma vaga na  
229 rede de educação infantil, por via judicial, não tem contrapartida do ministério da  
230 educação sobre os gastos com os quais terá de arcar. A união recebe 57% dos impostos  
231 e aplica 25%, enquanto não houver pacto federativo os municípios estão “quebrados”,  
232 temos crianças de 0 a 3 anos sem espaço na creche, e para resolver isso demandamos  
233 recurso que não temos. O plano nacional de educação não está sendo executado,  
234 estamos propondo metas, porém não temos como concretizar. Com os recursos dos  
235 quais a Educação Municipal dispõe, não é possível atender a todas as metas do plano  
236 nacional de educação, e quando o gestor municipal não atende as metas ele é  
237 responsabilizado legalmente por isso. O professor Ronaldo cedeu a palavra à aluna  
238 Edviges, e esta relatou que desde a sexta-feira o movimento de estudantes vem  
239 conversando com a prefeitura, foram à AGESB na última sexta feira, e o secretário de  
240 transportes mostrou as planilhas, mas a questão é que estão apenas dados técnicos, não  
241 se tem dados referentes à renda desses usuários, não estão considerando isso na  
242 planilha. A aluna afirmou ainda que o fato de ter alunos à frente desse movimento, parece  
243 que não tem importância para eles, mas é preciso considerar que os alunos geram renda  
244 para o município. Também foi observado pelos estudantes que, no contrato, prevê-se que  
245 dos 22 ônibus da empresa, nove deveriam ter ar-condicionado e só quatro ônibus têm, o  
246 que são quebras de contrato que justificariam rescisão de contrato, mas isso não  
247 aconteceu. O conselheiro João Carlos Reolon afirmou que a empresa afirmou estar  
248 operando “no vermelho”, mas que não temos como julgar, precisamos ter cuidado em  
249 como vamos construir dados, números, senão a questão fica muito subjetiva. O professor



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



250 Cesar Beras afirmou que há dois caminhos, um caminho é democrático e outro é  
251 autoritário, porque não chamou as pessoas para o debate (sobre o aumento das tarifas),  
252 pois, se temos de ver as planilhas, então vamos ver; porém, não adianta cobrar um preço  
253 mais elevado, mesmo sendo justo, se a população não tem como pagar, e que deveria ter  
254 cobrado da responsabilidade social da empresa. O professor Beras afirmou que, três anos  
255 atrás, houve uma redução histórica das passagens em várias cidades e ninguém falhou;  
256 além disso, não estamos sendo intransigentes, já houve essa discussão cinco vezes no  
257 município de São Borja, duas vezes na gestão do prefeito Farelo, duas vezes na gestão  
258 do prefeito Mariosane e uma vez durante a gestão do prefeito Mário Weiss. O professor  
259 Beras afirmou ainda que respeita o Conselho, o encaminhamento que está se dando, mas  
260 acha esse encaminhamento frágil, enquanto que deveria ter uma posição nítida sobre a  
261 situação, e convidou a todos para irem conhecer o movimento, para participarem, pois o  
262 movimento continuará durante a noite para que se garanta que os ônibus não sairão. A  
263 professora Sara afirmou que, independentemente do Conselho, continuará havendo  
264 pessoas contra ou a favor do movimento. O professor João Antônio afirmou que o  
265 coordenador de curso não tem poder nenhum e que, pelo caráter de excepcionalidade, a  
266 decisão sobre faltas tem que ser decisão do Conselho. A professora Carmen afirmou que  
267 entende que o Conselho não está nem a favor nem contra o movimento, estamos vendo  
268 como proceder para que não tenha prejuízo, entendemos que o movimento é importante  
269 pela questão da cidadania, para que todos compreendam que à universidade compete  
270 resolver a questão dos alunos e a situação dos docentes, fique claro que todos nós  
271 compreendemos a importância desse movimento, individualmente podemos nos  
272 manifestar, mas não como instituição, pois ao Conselho compete deliberar questões  
273 institucionais, posição acadêmica, pedagógica, política, como esta em que o coordenador  
274 defere a justificativa da falta. O professor Edson afirmou que não se deve cobrar um  
275 posicionamento “a favor ou contra” o movimento, pois esta não é uma assembleia de  
276 categoria, não é assembleia docente, é um órgão institucional, e ninguém está  
277 desmerecendo o movimento. O professor Edson questionou também por que não se tem  
278 uma política estudantil do município, e ponderou que os coordenadores não têm como  
279 barrar um professor que tenha uma posição diferente da nossa. Temos que respeitar a  
280 diferença, esse é o papel desse Conselho. O conselheiro João Reolon ponderou que a  
281 gestão municipal pode elaborar a questão da política estudantil, desde que o município  
282 não tenha de subsidiar, pois não tem recursos nem para manter o transporte escolar dos  
283 alunos do ensino fundamental, o município é responsável pela educação infantil e  
284 educação básica fundamental, não temos como arcar com o transporte de todos os  
285 alunos. O professor João Carlos Reolon observou também que, se a empresa acionar a





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



286 justiça (ainda não fez isso) se entrar com ação para poder colocar o ônibus na rua, ela  
287 colocará, queiramos ou não é bem curto o período de não termos ônibus na rua. O  
288 conselheiro João Antônio sugeriu que nessa comissão que avalia o preço da passagem  
289 possa haver alunos participando, antes de o assunto ser levado à câmara de vereadores.  
290 O conselheiro Luís André afirmou que, na gestão anterior, havia um Conselho Municipal  
291 de Transporte e na discussão anterior sobre aumento das passagens esse Conselho teve  
292 voz, e era composto por representantes da comunidade, incluindo representação da  
293 Unipampa. Luís André sugeriu, então, a reativação do Conselho Municipal de Transporte,  
294 e o professor Muriel sugeriu também que a pauta dos transportes seja debatida também  
295 dentro do Conselho Municipal de Educação. O professor João Antônio sugeriu que uma  
296 forma de aumentar a lucratividade da empresa é gerar condições de maior fluxo de  
297 pessoas nos ônibus, isto é, rotas diversificadas, horários alternativos para que mais  
298 pessoas possam fazer uso do transporte público. Segundo o professor, os alunos têm  
299 reclamado das condições dos ônibus, as rotas muito longas e horários estão atrasados,  
300 são providências para serem tomadas a fim de tornar mais utilizável, para mais pessoas,  
301 assim também a empresa irá lucrar. O professor João Antônio falou também sobre a  
302 normativa da Universidade sobre faltas justificadas, em que poderia se pensar uma norma  
303 prevendo questões relativas aos deslocamentos até a universidade. O professor Ronaldo  
304 falou que a PROGRAD pode fazer essa inclusão nas normas, mas para que isso ocorra é  
305 necessário se levar essa discussão para o CONSUNI, através de seus representantes. O  
306 professor Marco pediu para o professor Reolon que leve aos representantes a questão da  
307 importância de lutar para que possamos reduzir nossa dívida pública, pois é assim que  
308 serão repassados mais recursos aos municípios. Os nossos deputados federais têm que  
309 lutar pela questão da dívida pública. O professor Reolon precisou ausentar-se da reunião  
310 neste momento, conforme já havia comunicado ao Conselho. O professor Ronaldo falou  
311 da sugestão de construção de um texto que será enviado aos conselheiros, primeiro  
312 tratando da questão da falta, e depois da questão da recuperação das atividades.  
313 Baseado no que foi discutido aqui, fazendo uma sensibilização além da posição do  
314 conselho, para respaldar as atividades dos docentes e dos alunos. Pediu, então, que os  
315 conselheiros se manifestassem por e-mail até amanhã, às 9 horas. Assim que houver a  
316 manifestação de todos, imediatamente a direção do Campus irá publicar a posição do  
317 Conselho junto à página da direção, com as recomendações ao corpo docente sobre  
318 como proceder com relação a faltas e avaliações durante o período de indisponibilidade  
319 de transporte coletivo. Não havendo mais assuntos a serem tratados, às dezenove horas  
320 e cinquenta minutos foi encerrada a reunião e, para constar, foi redigida a presente Ata,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



321 que será assinada pelo presidente do Conselho, pelos conselheiros presentes e por mim,  
322 Katia Luisa Seckler, no Campus São Borja.

*Lauren Alca*

*Katia Luisa Seckler, João Alca*  
*Maurício Araújo* *Prof. Wladimir Ferrares*  
*Jane dos Santos* *Vivian Belocruz* *Alca*

*Tamara*

*A. A. Alca*  
*Alca*